

FILANTROPIA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL: A OUTRA FACE DA OFERTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA AOS POBRES OU DEMISSÃO DO ESTADO?

COUTINHO, Adelaide Ferreira* – UFMA

GT-05: Estado e Política Educacional

1 INTRODUÇÃO

O presente texto continua o empreendimento de análise que se vem fazendo, desde 2003, acerca das relações entre o Estado, mercado, organismos internacionais e as Organizações Não-Governamentais, na oferta de educação básica aos pobres, no Brasil.

Tal atividade importa numa reflexão que vá além das impressões imediatas do fenômeno, procurando-se desvendar a lógica que consubstancia o papel das ONGs na educação brasileira, considerando-se que estas estão inclusas no chamado “terceiro setor”, este último, responsável por uma nova configuração das expectativas em torno da superação ou controle social da pobreza pela ação do voluntariado, da filantropia e da parceria estimuladas e favorecidas pela reengenharia de funcionamento do Estado contra reformado e das necessidades de acumulação capitalista.

A grande expansão, aprovação internacional e nacional que se seguiu, após a década de 80 do século XX, para as ações de entidades não-governamentais e seu anúncio como mediadoras das necessidades relativas às políticas públicas de corte social aos cidadãos excluídos, têm raízes no processo de delimitação das funções do Estado, que passa a uma modalidade de gestão da coisa pública por meio da privatização, terceirização e publicização.

No seu conjunto, procedeu-se a descentralização/desconcentração e focalização dos problemas inerentes à pobreza, transferindo-os ao “terceiro-setor” – público não-estatal – o que requer um posicionamento crítico acerca das relações estabelecidas entre Estado, mercado e organizações do terceiro setor.

Na reflexão em tela, interessa os serviços sociais e de natureza científica, que na Constituição Federal de 1988 fazem parte do capítulo dos direitos sociais, estes, antes, considerados dever do Estado, passam a ser objeto de concessão à iniciativa privada, num disputado mercado de serviços, mesmo continuando sob o controle daquela instituição.

* Linha de Pesquisa Estado e Gestão da Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA.

Importa, portanto, empreender uma análise dessas relações o que para tanto, obedecerá a um roteiro que se inicia pela apreensão do objeto – terceiro setor/ONGs e a educação básica -, buscando-se entender em que consiste essa modalidade de oferta da educação aos pobres, como constitui a trama dessa relação, quais os sujeitos e os atos oriundos da mesma e qual o significado no âmbito da política educacional atual.

Convém, num segundo momento, fazer referências ao papel das Ongs como instrumentos intermediadores do controle social para a filtragem das demandas sociais em direção ao Estado, particularmente no que se refere à educação básica destinada à pobreza. Esse pressuposto leva a afirmar-se que do modo como atuam na conjuntura atual, as Ongs apresentam dois lados interligados: a) são, principalmente, amortecedores necessários que contribuem para ampliar o controle social do Estado e do mercado sobre os problemas e as demandas sociais; b) respondem às necessidades imediatas relativas à pobreza, entre estas as educacionais, muitas vezes transformando-as em objeto de filantropia e voluntariado.

O quadro de referências teóricas a que se lançou mão nos leva a ressaltar a centralidade das contribuições de Montão (1999; 2002), Petras (2000; 2002), Rico (1997), Gonh (1998; 2002; 2001), Arruda (2000), Fernandes (1994), Vieira (2001), Salama (1999). Tal interlocução permite fazer um movimento entre as tendências afirmativas e, por vezes acríicas acerca do papel das Ongs, e as tendências de crítica radical a esse fenômeno em curso nas últimas décadas, com as quais se concorda e, portanto, possibilitaram o exercício da crítica que se empreende ao “terceiro setor” e seu quadro de Ongs.

A guisa de considerações finais, chama-se atenção para a complexidade dessas relações constitutivas do terceiro setor/Ongs na educação básica e os problemas decorrentes das ações empreendidas por estas organizações na forma de filantropia e voluntariado, apontando-se a necessidade de reafirmação da educação como direito a ser garantido pelo Estado e não por ações focadas e temporárias de parcerias com o privado.

2 PROCURANDO O MAPA DA MINA

Os interesses da ajuda não-governamental se vinculam a valores compensatórios, a temas de relevância para manter a saúde do mercado ou a chamada “paz” social tão defendida pelo conjunto de organismos internacionais. Nesse

imbróglio, a educação e a pobreza passam a ser temas de relevância mundial dos anos 90 (século XX) em diante.

Os problemas de natureza social e política da estrutura da sociedade capitalista tornam-se focos de “preocupação” de empresários (responsabilidade social empresarial), dos organismos internacionais (educação e pobreza como prioridades), de setores não-governamentais (solidariedade programada pelo voluntarismo e filantropia), fazendo parecer que os mesmos surgiram do nada ou culpabilizando a própria vítima do processo por sua miséria ou “incompetência”. Afirmam, aqueles, que os mesmos devem atuar nos espaços que não são cobertos com competência pelo Estado ou em parceria com o mesmo. Suas prioridades estão concentradas nos fatores humanos do desenvolvimento, a educação, por exemplo, passa a firmar-se como o carro-chefe da solução dos problemas expressos na pobreza.

Encontram-se, assim, explicações e justificativas para a ação do Estado em parceria público-privado, por todos os lados, uma vez que, segundo análises de conjuntura empreendidas, as transformações políticas e institucionais ocorridas no Brasil e os desdobramentos econômicos decorrentes desse fato conformaram novas formas de gestão do Estado. A persistência dos antigos problemas educacionais (oferta, financiamento, evasão, repetência, formação de professores etc.) deve-se à fragilidade das soluções do Estado no âmbito da política educacional voltada para cada nível e modalidade de ensino.

Tendo em vista esse tipo de argumentação ou constatação é que se fortaleceram um conjunto ações nascidas dos desafios e perspectivas que empresários e o “terceiro setor” colocaram para si, começando pelas críticas direcionadas à política educacional brasileira. Estes listaram desafios para o século XXI, entre os quais a ampliação da oferta e a elevação dos níveis de qualidade da educação, agora, na forma de serviço mais específico, voltados para atender a população pobre, alvo de preocupação mundial. Assim, todos os níveis e modalidades de ensino no Brasil passam a sofrer injunções de um conjunto de organizações de natureza privada, seguidoras das fórmulas indicadas pelos relatórios ou receituários de educação mundial para o terceiro mundo e consentidas ou avalizadas pelo Estado reformado.

A educação reformula (ou atualiza) a sua natureza de capital humano, estratégica para o desenvolvimento econômico-social e para a consolidação da cidadania, num grande consenso nacional e internacional. Desse modo, o consenso transforma-se em pactos, acordos, parcerias firmadas sob o discurso da co-responsabilidade social entre os

diversos setores da sociedade: Estado, mercado e o suposto “terceiro setor” (representação da sociedade civil), não-governamental e não-lucrativo. Este último passou a tomar assento no governo (esferas federal, estadual e municipal) nas instâncias colegiadas - de decisão sobre políticas -, com competência para elaborar, atualizar, legitimar e aperfeiçoar junto aos conselhos governamentais as metas e os mecanismos de implementação das políticas educacionais e de “erradicação” da pobreza.

Estava dado o grande pacto salvacionista do “frágil” exercício da função de coordenação política dos problemas afeitos às políticas sociais pelo Estado e garantida a intervenção periódica, focalizada e constante dos atores sociais não-governamentais, decididamente, nas decisões relativas à política de educação aos pobres.

Além disso, o próprio governo passa a comportar-se não como a instituição responsável pelo financiamento da educação, mas como uma organização neutra que, entre outras atribuições, deve fazer o acompanhamento, a otimização de ações, a avaliação, a definição de critérios de oferta e atuar, prioritariamente, por meio de ações supletivas e de apoio, ou seja, como mais um parceiro a auxiliar “a quem mais precisa” de seus recursos financeiros e técnicos, para superar problemas dos quais ele é um dos indutores.

Para o Estado e os organismos internacionais a garantia de acesso e permanência da população brasileira a educação básica com equidade e qualidade, nos seus diversos níveis (infantil, fundamental e médio), inclusive para aqueles que não tiveram esse acesso regular na idade correlata, implica, portanto, a implementação de um novo mecanismo de financiamento, o público não-estatal, mesmo que seja financiado pelo Estado, algo só possível no Brasil.

Nota-se que, desde o período ditatorial dos anos 64 até o momento atual do economicismo neoliberal das políticas públicas, as Ongs, dentro de um ampliado “terceiro setor”, procuraram parceiros dispostos a investir nos pobres, na educação, no meio ambiente e nos direitos humanos. Até então, o maior peso da cooperação internacional com essas organizações era europeu e os maiores recursos iam para a África, Ásia e América Latina. Nesta última região destacavam-se a Nicarágua, a Guatemala e o Brasil, especialmente o norte e o nordeste, como os maiores beneficiários (RICO, 1997).

Conforme se disse anteriormente, em 1990 a educação e a pobreza tornaram-se o centro das preocupações mundiais. Estimulam-se, a partir de então, a parceria entre

Estado, mercado e sociedade visando superar os problemas que, na verdade, impedem o desenvolvimento capitalista com segurança.

No que se refere ao empresariado, por exemplo, houve uma corrida enorme em direção às questões sociais, tanto das empresas brasileiras como das multinacionais. De início visaram conquistar a confiança e credibilidade, conhecer a realidade social e os projetos em execução e buscaram parcerias (contribuindo financeiramente com Ongs), para em seguida, tornarem-se autores de seus próprios projetos. Desse modo, constituíram suas fundações empresariais de caráter filantrópico, socialmente responsáveis pelas questões da pobreza e da educação.

Em contraposição, observa-se que as referências de ajuda aos pobres, pelo empresariado, representam, muito mais, novas formas de circulação da mercadoria, pelo aumento do volume de negócios que vão sendo realizados, tendo como *marketing* da acumulação do capital a beneficência empresarial, tornando-se imperceptível ou pouco questionado o papel desses capitalistas para a crescente pobreza mundial.

David Bell, jornalista, presidente da International Youth Foundation (IYF), uma ONG com atividades em mais de 60 países, diz que: “a empresa que ajuda crianças e adolescentes carentes ajuda a si própria” (2002, p.7). Segundo ele, é preciso formular projetos simples e eficientes para combater as mazelas infantis e, numa visão mercadológica, conclui: “as crianças são os consumidores do futuro. Doar não é fazer caridade, mas defender o próprio interesse, o próprio mercado consumidor” (op. cit., p.8). Acrescenta que “hoje temos de trabalhar muito mais para convencer as empresas de que as doações não são apenas caridade, mas também um grande negócio” (op. cit., p.9).

Verificou-se no Brasil, nas últimas décadas, uma crescente tendência à filantropia empresarial. Foram sendo criadas inúmeras fundações vinculadas a grandes grupos empresariais tais como: Fundação Odebrecht, Fundação BRADESCO, O Boticário, Fundação Acesita, Fundação Itaú, e, continuaram a se expandir dentro do terceiro setor, como organizações da sociedade civil, agora, competentes para fazer parcerias com a sociedade e demais Ongs, contribuindo, inclusive, para que se profissionalizem os quadros de pessoal dessas organizações e estas pudessem atingir a excelência necessária para a gestão e captação de recursos e de pessoal.

A busca de financiamento para as atividades, conforme o doador, certamente define os objetivos e as ações das Ongs na captação de recursos. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 2000, eram mais de 300 mil profissionais nessa área de busca de

financiamento, organizados na Sociedade Nacional de Executivos de Captação de Recursos, com 23 mil organizações filiadas. No Brasil foi criada uma sucursal, em 2000, a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) (MONTAÑO, 2001).

Em 1995, uma pesquisa feita pela Oxfam (Grã-Bretanha) e Instituto de Estudos da Religião (ISER), sobre as maiores fundações e agências de cooperação européias e norte-americanas, registrou um fluxo anual de US\$ 74 milhões de dólares, destinados a programas de desenvolvimento e ao decorrente trabalho de políticas públicas. (BAILEY apud ABONG, 2000, p.89).

Mas, essa doação em dinheiro ou a disposição de pessoas individualmente ou empresas para a ajuda aos mais pobres, é mais evidente nas áreas mais desenvolvidas do país tanto pelo maior nível de renda quanto pelo fator cultural, porém, ainda não é tão forte no Brasil, em decorrência da pouca confiança no Estado e de sua ineficiência, segundo Bailey (2000, p.91). Ele ainda acrescenta:

As pessoas agora são mais conscientes de que as despesas governamentais são altamente regressivas. A sonegação seja de pessoa física ou de empresas, é uma prática generalizada. As pessoas economicamente abastadas, que se sentem com obrigações éticas em relação aos desprivilegiados, não acreditam que, ao pagar seus impostos, estão “fazendo sua parte” e podem, portanto, olhar para o setor não governamental como uma alternativa. Isto é uma faca de dois gumes, uma vez que *reforma do setor público e taxação redistributiva* são elementos-chave de uma política de redução de pobreza.

Parece haver uma justificativa ética para a sonegação de impostos em nome do financiamento do terceiro setor/Ongs como há uma justificativa para tamanha preocupação de grandes Ongs em financiar a ajuda aos pobres, por meio de investimentos em educação.

Esse fato é denunciado por Petras (2002, p.66)

As Ongs progressistas devem distinguir claramente a diferença entre elas e as Ongs milionárias, como Foster Parente Plan, que arrecada US\$ 300 milhões a cada ano, a Misereor US\$ 214 milhões, a World Vision US\$ 500 milhões e a Care US\$50 milhões. Essas agências milionárias colaboram com o imperialismo euro-americano. Recebem fundos para enfraquecer os movimentos sociais por meio do “desenvolvimento comunitário” e “familiar” no âmbito da colaboração de classes. Hoje em dia, as fundações das empresas transnacionais, o banco mundial e os impérios euro-americanos investem mais de US\$ 7 bilhões em Ongs para facilitar a sua tarefa de enfraquecer os movimentos que lutam por um desenvolvimento abrangente e contra o sistema atual.

Para o mesmo autor, todo financiamento oficial está acompanhado por critérios que limitam as lutas, os programas, as táticas e as estratégias dessas organizações. Pensar de modo diferente é fazer o jogo ideológico da dominação.

Na busca por recursos financeiros as Ongs se descaracterizaram, predominantemente, quanto a capacidade de mobilização, luta e apoio aos movimentos sociais anticapitalistas, muitas Ongs proliferaram com o intuito de prover seus criadores de condições de trabalho e salários vantajosos.

Lançam-se guias práticos que ensinam como criar uma sociedade sem fins lucrativos. Os autores indicam por que, para que, quando e como fazer associativismo e “indicam os aspectos democráticos e a dimensão de autonomia individual e coletiva que devem nortear a montagem e o funcionamento desse tipo de entidade sem abrir mão das formas eficientes de gestão, planejamento, administração e comunicação” (VEIGA & RECH, 2001).

Outros manuais orientam quanto à gestão, colocando-a como o grande desafio do terceiro setor/Ongs, uma vez que é necessário uma boa utilização dos recursos e o direcionamento deles para as atividades propostas pelos membros da organização, para tanto, lançam mãos de critérios de gerência tais como: eficiência, eficácia, efetividade, tática, estratégia, controle operacional, etc. como forma de administrar para permitir a sobrevivência dessas organizações.

Nota-se um linguajar bem característico da qualidade total ou das relações custo/benefício tão afeitas aos princípios de mercado (TENÓRIO, 2003). Empresas se organizam para assessorar a elaboração de planos de negócio para organizações sociais ou empreendimentos sociais sustentáveis no qual indicam as metodologias mais apropriadas visando: as ferramentas para captação de recursos; estruturação de novas linhas de ação; planejamento de atividades geradoras de recursos; auto-análise da organização e orientações estratégicas para o futuro. (ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS E MCKINSEY & COMPANY, 2001).

Hoje, se montam estratégias de *marketing* social, com cursos e capacitações, publicações, notórios em pregar a solidariedade, estimular o marketing, a responsabilidade e empreendedorismo social, em nome da educação aos pobres.

3 AS ONGS EM BUSCA DE FINANCIAMENTO AOS SEUS PROGRAMAS EM EDUCAÇÃO BÁSICA, NO BRASIL

A educação básica, nas últimas décadas, tem sido prioridade na busca de parcerias e financiamento pelas Ongs. Conforme citado anteriormente, uma das justificativas continua sendo a falta de presença mais efetiva do Estado em alguns setores sociais e a diminuição do mesmo, fato que teria levado o empresariado e outros setores da sociedade civil a se colocarem como ativistas da causa pública, fortalecendo um setor que atua no espaço do público, porém é privado. Significa que a filantropia empresarial existe em espaços de múltiplas e complexas relações, em que estão presentes o Estado, o mercado e as organizações do terceiro setor, entre as quais se pode citar as Ongs e as fundações de filantropia empresarial.

Mas há que se ser realista com tanta preocupação do capital pelo social: a solicitação de ajuda ao empresariado e aos organismos de ajuda internacional (governamentais e não-governamentais) indica o que pedir, quais os objetivos a serem alcançados e qual deve ser o público-alvo da ação. Assim, a filosofia filantrópica do doador não pode ser contraposta com filosofias e interesses contrários, especialmente os emancipadores ou contrários a acumulação capitalista, sob pena de se perder o doador ou parceiro.

Na política de parceria das Ongs com seus doadores a adaptação é o melhor comportamento a ser indicado, ou ainda o consenso entre parceiros, isso porque os valores que permeiam essas doações estão enraizados no lucro, sob todos os pontos de vista, e na imagem positiva do doador, ligada à venda de seus produtos, fazendo parecer que já não existe as relações contraditórias entre capital e trabalho.

A constante busca por recursos propicia ainda a tese: se não tem recursos suspende-se o projeto, muda-se a missão ou busca-se um novo parceiro. Esse comportamento é comprometedor quanto à possibilidade das Ongs assumirem o financiamento de políticas sociais que deveriam estar sob a responsabilidade exclusiva do Estado, a educação básica, alvo da reflexão que se faz no presente texto.

Essa tendência ao nomadismo pelas Ongs pode ser constatado no momento em que o Estado brasileiro reformulou a Constituição Federal de 1988 e aprovou a Emenda Constitucional nº14/96, que daria origem ao Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Lei 9.424/96. A prioridade do Estado passa a ser o desenvolvimento e a manutenção do Ensino Fundamental e a valorização/formação de professores para a educação básica. Estava dada a largada em busca de parcerias com estados e municípios pelo terceiro setor/Ongs, estimulado pelo Estado, além da abertura de espaços de atuação da

filantropia empresarial, visando à captação de recursos para promover a educação aos pobres.

Abre-se um leque de modalidades de financiamento ou de fontes de recursos, que passaram a mobilizar a atenção das Ongs, mudando sua prioridade para a educação dos cidadãos brasileiros pobres, acrescentando-se ainda, a busca de apoio/trabalho voluntário para tanto e a diversificação de fontes de financiamento:

- Doações individuais – Criança Esperança (Rede Globo/UNICEF);
- Dedicção do tempo livre para o voluntariado em escolas públicas, comunitárias ou do “terceiro setor”, – Amigos da Escola, por exemplo;
- Recursos oriundos de empresas doadoras ou fundações de filantropia empresarial: Natura, Abrink, Nestlé, Boticário, Grupo de Institutos, Fundações e Empresas criado em 1995 (GIFE), Xerox, BRADESCO;
- Venda de serviços e realização de atividades comerciais;
- Parcerias com organismos e empresas internacionais (ONU, Banco Mundial, BID, Fundação Kellogg, Fundação Rockefeller, Sousa Cruz) que fazem empréstimos a governos e doações a ONGs nacionais e regionais.

No entanto, são os recursos governamentais da União, estados e municípios os mais promissores às ONGs e para outras organizações do terceiro setor.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e ainda no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva é comum à transferência de recursos de fundos públicos da educação para o terceiro setor. No governo de Fernando Henrique, por exemplo, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contribuíam, também, para os programas do Comunidade Solidária, recursos estes que estavam destinados às atividades de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e suas diversas necessidades e modalidades.

No governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva não tem sido diferente, basta verificar o processo do Programa Fome Zero e das relações constitutivas para implementação do Programa Bolsa Família e sua anexação a oferta de educação aos pobres.

É comum verificar-se a disputa entre fundações, centros de estudos e pesquisas, cooperativas, empresas de capacitação, ONGs e outros pelos fundos públicos, especialmente após o FUNDEF, fato já citado, para que executem políticas de educação básica no âmbito da gestão, avaliação, planejamento, formação de recursos humanos,

oferta de outros serviços (merenda escolar, educação em saúde). Além desses mecanismos se destacam ainda, como incentivos financeiros às ONGs a isenção de impostos, terceirização de serviços, empréstimos, assessorias, parcerias, subvenções, acesso a programas específicos para a rede pública (merenda escolar, transporte, livros didáticos, materiais pedagógicos, formação de recursos humanos, avaliação).

Quanto a preocupação do empresariado pelo financiamento da educação básica, é impossível não se concordar com Montañó (2002, p.213) ao enfatizar que “Pensar nessas atividades filantrópicas das fundações empresariais como produto de uma maior “sensibilidade” e “responsabilidade social” do empresariado resulta numa visão romântica e fetichizada da realidade ...”.

3.1 Nem Estado e nem mercado? As ONGs atuando na educação básica

O Estado materializado nas relações sociais da sociedade em sua totalidade, por vezes é visto pela sociedade como algo à parte de si mesma e do próprio mercado, quando não o é. Sabe-se que o Estado não se funda sem a sociedade que o cria e também não se mantém sem ela, e que numa sociedade capitalista jamais corresponderá aos interesses de seu criador (a sociedade) indistintamente. O objeto de suas decisões não só de ordem econômica, mas, social, política e cultural, podem se dizer universais, mas não o são, por causa do caráter de classe sob o qual está imerso esse Estado, desde sua origem.

As ONGs ao se declarem não-Estado e não-mercado deixam de enfatizar que prescindem de recursos públicos para suas ações e que vivem à custa de investimentos nascidos das relações de mercado e de doações privadas. Na atualidade, a existência delas requer que se relacionem com o Estado, mesmo, por vezes, criticando-o.

Decerto pode haver uma preocupação com a educação e a pobreza por parte das ONGs, mas, não apontam no sentido de superação das relações que originaram os problemas que concorreram para a realidade atual. Por outro lado, um Estado que resolva os problemas sociais que incorrem em pobreza e falta de educação com qualidade social para a maioria, certamente, não é o Estado neoliberal que continua a contribuir para o agravamento dos mesmos.

As ONGs não podem imaginar que são a figura do *ombudsman*¹ - tecnocrata que fala em nome do povo, por pensar que este precisa de sua iluminação para resolver seus problemas, devido a ignorância deste, sob todos os aspectos.

O que parece ser, hoje, o comportamento das ONGs ao tutelam a pobreza sem lhes incentivar e permitir (em alguns casos, sob pena de suspensão das ações solidárias) a autodeterminação porque, como se disse anteriormente, as ações são, por vezes, parciais e efêmeras.

As ações pontuais e temporárias das ONGs pouco diferem das políticas assistencialistas do Estado, quando este as interpreta como distribuição de privilégios, favores (que se transmutam na figura do governante, como se fosse o seu recurso, a sua riqueza a ser distribuída entre os pobres) e não um direito social.

Política social que é coisa do Estado, que antes aparecia como distribuidor emérito de bens, agora é também responsabilidade do mercado, dos organismos internacionais e das ONGs – primordiais executoras – todos em parceria. “Reinstala-se, assim, e de forma até surpreendente, o paternalismo estatal assistencialista, porquanto a miséria seria erradicada sem a participação do miserável. Este continua objeto de cuidados, em sentido literal: objeto e envolto na tutela estatal” (DEMO, 1998, p.82) e, hoje, do “terceiro setor” /ONGs

É comum, hoje, a realização de fóruns em que as ONGs sentam-se para discutir a pobreza, a cidadania, a educação e outros tantos temas em moda. Nestes fóruns a pobreza e suas manifestações são apresentadas em vitrines, *stands* ou em longos debates por burocratas, políticos de carreira, cidadãos caridosos, empresários ou ainda intelectuais a serviço da causa, que perderam a noção de luta política e passaram a apostar no consenso, este, o símbolo do novo pacto social (parcerias) ou o documento comprobatório de suas responsabilidades sociais.

Esse universo real em que a educação básica está inserida a responsabiliza como necessária para que os pobres tenham participação política, no entanto, não será na sociedade capitalista que se logrará esse êxito. Ao contrário, nas atuais modalidades de oferta, apenas contribui para que se fortaleça o controle da pobreza, a dominação e a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro.

4 A HERANÇA DAS PARCERIAS ENTRE ESTADO E ONGS

¹ Segundo Demo (1998), uma formulação (criação) sueca, através da qual um funcionário do governo é destacado para defender o cidadão contra o governo.

O estudo que se faz sobre educação básica aos pobres, a partir da tessitura política das relações de parceria entre Estado, mercado e “terceiro setor” /ONGs, predominantemente, patrocinados pelos organismos internacionais revela a quem. As fontes oficiais do governo (Ministério da Educação - MEC, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP), demonstram o quão distante se está da qualidade social e o quanto o pobre fracassa nessa caminhada pelo saber.

Os slogans dos anos 90, *Todos pela educação* e *Toda criança na escola*², deram nome às campanhas do MEC e estimularam a sociedade organizada e as esferas de governos estadual e municipal a assumirem, como prioridade, as tese de Jomtien que pregavam o Atendimento às Necessidades Básicas de Aprendizagem - NEBAS ou a *Educação para Todos*.

O discurso do Estado, dos organismos internacionais, de empresários e das ONGs nos anos 90 foi competente em reconhecer que a educação era a alternativa para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento, a cidadania participativa, fomentar a empregabilidade, evitar o trabalho infantil, preservar o meio ambiente, porém pouco se materializou em ações qualitativas que visassem, verdadeiramente, garantir o direito a educação e a resolver a questão da pobreza.

As avaliações do próprio Estado apontam esse fracasso, por mais que tentem anunciar na mídia os êxitos. Assim, apesar das boas intenções de *amigos da escola* e do *marketing* social empresarial e do governo, sob encomenda, às empresas especializadas, o MEC, em 2003, já antecipava o fracasso:

O Sistema Nacional de avaliação da educação Básica (SAEB) reiterou, em 2001, o quadro de dramática insuficiência no desempenho dos alunos regularmente matriculados nas redes de ensino fundamental. Em verdade, o programa vem observando uma queda progressiva nos padrões de rendimento escolar, ao longo dos últimos anos. O dado que mais bem retrata o problema é o percentual de crianças com quatro anos de escolarização ainda analfabetas: segundo o SAEB, são cerca de 59% os alunos de 4ª série do ensino fundamental com desempenho crítico na leitura. (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003).

Recentemente o governo de Lula da Silva aprovou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, após intensas negociações e disputas de interesses entre políticos, ministérios

²BRASIL. Ministério da Educação (1999)

da Educação e Fazenda, movimentos sociais e outras representações da sociedade, mas paralelo a essa política de financiamento a realidade revelou um baixo índice de proficiência dos brasileiros (as) na escola básica, ou conforme se intitulou, um baixo índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e para tanto novos acertos relativos a educação foram aprovados entre parceiros nacionais e internacionais. O mais importante destes foi o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE, em fase de implantação que tem como intenção garantir que todos os níveis e modalidades de educação sejam contemplados, porém sem que se comprometa a agenda de controle da economia ou melhor, os compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro como os organismos gestores do capital. Assim, é que se anuncia a busca de garantia de um padrão mínimo de investimento na educação, a que intitulam de Custo Aluno Qualidade, com certeza não a qualidade desejada por milhões de brasileiros que fracassam na escola ou que são alvo da filantropia programada.

Esses fatos ilustram os questionamentos que se fazem nesse trabalho ao chamado compromisso ético e da qualidade do trabalho desses “novos protagonistas sociais”, que ora se voltam aos interesses dos financiadores de suas ações e ora se dizem comprometidos com a educação aos pobres, em nome dos quais são feitas essas parcerias.

Demo (1998) diz que estamos tão acostumados a planejar a vida econômica e social do país sem a participação da maioria da sociedade, que o povo não faz falta ou é dito tão ignorante que se deve decidir por eles ou tutelá-lo.

O discurso neoliberal sobre participação política é atrativo, até porque se acena aos parceiros (terceiro setor/ONGs) com cotas de ajuda para seus projetos, o que tem atraído e estimulado a criação de organizações sérias mas, tem se prestado a fomentar o oportunismo.

O discurso sobre a pobreza, participação, educação e cidadania tem, para Demo (1996, p. 98), “O atrativo do canto da sereia, mas de modo geral é como ela, ou seja, ilusão, engodo, tergiversação. Atrai, porque perfaz o fundo de nossa esperança, mas trai, mais do que se realiza”.

Hoje, há até quem faça a apologia de que estaria surgindo, no final do século XX, uma nova responsabilidade cívica, acima do Estado. É o caso de Rifkin um dos teóricos analisados por Bava (2000), que afirma uma forte tendência ao governo desaparecer da vida das comunidades, assumindo um papel de menor importância, que passará a delegar recursos e programas, além da responsabilidade da vida cívica para o

terceiro setor, do setor não-governamental. Bava (2000) acrescenta que essa teoria não tem sustentação para questionar a lógica do poder, pela falta de respaldo social e também porque defende o *status quo*. Ela tenta suprimir o espaço da política, das relações entre Estado, Mercado e Sociedade Civil separando-os de modo arbitrário, ou seja, suprime a perspectiva democrática visando a constituição de um novo pacto social, que não o regulado pelo mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O voluntarismo é mais para as elites dedicadas as causas sociais e aos pobres que, sem alternativa de sobrevivência, doam seu tempo-livre à causa. Isso torna barato, lucrativo e bem alto o índice de atendimento e, portanto, recebe uma avaliação positiva, pautada na relação custo-benefício, fato avaliado com o positivo pelo Estado, pelo mercado e pelos organismos internacionais. Assim, em se tratando da educação, é comum nas creches, escolas de educação infantil e escolas de ensino fundamental, as mães desempregadas transformarem-se em arrumadeiras, cozinheiras, lavadeiras, recreadoras e professoras. Em contrapartida, seus filhos permanecem na creche, na pré-escola e, ainda, têm alimentação e educação gratuitas.

Nas escolas de nível fundamental, especialmente nas periferias, os pais e a comunidade são chamados para consertar as carteiras, pintar a escola, prestar outros serviços (eletricista, encanador, manutenção de equipamentos), doar materiais para complementar a merenda escolar, contribuir nas atividades didáticas, dedicar tempo para com as tarefas escolares e, às vezes, até substituírem a professora nas tarefas escolares e/ou quando o estado e municípios não contratam esse profissional.

O que era de responsabilidade do Estado agora é de responsabilidade dessa sociedade civil e das próprias vítimas das políticas neoliberais, o que ajuda a controlar as demandas sobre o Estado e o mercado de trabalho.

O imediatismo, a cotidianidade (como se fosse possível descolá-la do ser social), a focalização, fragmentação, o possibilismo, o alternativo (aqui no sentido de se usar uma forma maquiada, que tem a aparência do real-concreto-necessário, mas que não o é, ou seja, constitui-se numa falsificação) são categorias que decretam para a educação a perda do seu sentido de totalidade, de formação omnilateral do homem e da mulher. As ONGs terminam por consistir-se, em vez de amigos da escola, em inimigos da escola e da educação que se destina aos pobres.

Para a educação do educador essa tendência ainda é muito mais maléfica, porque o educador deve ser formado, em curtíssimo prazo, instrumentalizado para agir de acordo com as tendências de um viés metodológico que opera, mecanicamente, com as novas fórmulas do aprender a aprender.

As questões educacionais são reduzidas a problemas individualizados, sem nenhuma relação com a totalidade social. Por sua vez, os materiais escolares são substituídos por sucatas, livros e revistas usados, ou aquilo que é obsoleto para as elites, por exemplo: máquina de datilografia, mimeógrafo a álcool, computadores superados. Em lugar de professores concursados o incentivo ao voluntariado.

Aos pobres promovem-se cursos modulares (trinta a sessenta horas, no máximo) se tornam o alvo preferencial das políticas assistencialistas das ONGs. Profissionalização tem um novo sentido, significa adquirir um ofício temporário, como fonte de rendimento imediato (cabeleireiro, manicura, trabalhos manuais, confecção de alimentos, vestuário), aliado ao ingresso numa escola qualquer. Na maioria das vezes, aos pobres, significa encontrar oportunidade a um subemprego. Predominantemente, as funções mais mecanizadas, alienantes são destinadas aos jovens pobres, pelos empresários (agora responsáveis sociais, parceiros do Estado e das ONGs), às quais se sujeitam, visando sobreviver à barbárie neoliberal.

Esse aparato de intenções para superação da pobreza e promoção da educação, pela maioria das ONGs, ocorre de modo despolitizado e sem que haja uma discussão acerca do porquê de tal situação ou alusão ao sistema capitalista, grande responsável pela existência da pobreza.

A educação transformada em filantropia causa efetivamente a desresponsabilização do Estado em garantir esse direito. Verifica-se que o interesse maior dessas organizações é favorecer aos princípios da ordem capitalista (mercadológicos) em detrimento dos interesses no campo social e democrático. Colocam-se sob suspeição as intenções cidadãs das ONGs veiculadas nos fóruns regionais e mundiais, porquanto não tomam posição de ruptura com os princípios neoliberais, ditados mundialmente. Elas, as ONGs, acreditam ser possível humanizar o capital e continuam a fazer a gestão do social ao lado dos gestores do capital, consolidando pactos e adesões, intervenção e consentimento em torno da educação básica aos pobres.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs). **O banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS E MCKINSEY & COMPANY. **Empreendimentos sociais sustentáveis**: como elaborar planos de negócios para organizações sociais. São Paulo: Peirópolis, 2001

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **ONGS**: Identidades e desafios atuais. São Paulo: Autores Associados, 2000.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO PROGRAMA CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA. **Programa capacitação solidária**: uma contribuição para o fortalecimento da sociedade civil. São Paulo, 2000.

BAVA, Silvio Caccia. **O terceiro setor e os desafios do Estado de São Paulo para o século XXI**. São Paulo: Autores Associados/Abong, 2000.

BRASIL.Ministério da educação. **Toda criança aprendendo**. Brasília, 2003.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.27).

_____. **Charme da exclusão social**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v.61)

GONH, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O novo associativismo e o terceiro setor. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, nov. 1998.

MONTAÑO, Carlos. Das 'lógicas do Estado' às 'lógicas da sociedade civil': Estado e 'terceiro setor' em questão. **Serviço Social & Sociedade**, ano 20. n.59, p. 47-79, mar. 1999.

_____. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

BELL, David. A doação é um grande negócio. **ISTOÉ**, n.1712, p. 7-9, jul., 2002. Entrevista concedida a João Paulo Nucci.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Tradução de Jaime A Clasen e Ricardo A Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, nov., 1998.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O Tamanho da pobreza**: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs:** principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. **Associações:** como constituir sociedades sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania:** a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.